

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM)

CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Prova Discursiva

Aplicação: 01/06/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A implementação de práticas de governança pública organizacional é fundamental para tornar a gestão dos recursos públicos mais eficiente, transparente e participativa. Essas práticas ajudam a estabelecer processos claros, responsabilidades bem definidas e mecanismos de controle, o que aumenta a confiança da sociedade nas instituições do Estado. Além disso, promovem a participação social ao incentivarem a inclusão da sociedade nas decisões e na fiscalização das ações governamentais, o que fortalece a democracia e garante que os recursos sejam utilizados de forma mais responsável e alinhada às necessidades da população.

~~A melhora na eficiência ocorre ao serem estabelecidos processos padronizados, responsabilidades bem definidas e metas claras, de forma que a governança colabore para evitar retrabalhos, para reduzir desperdícios e para otimizar recursos. Práticas como a divulgação de informações, prestação de contas regular e auditorias independentes tornam as ações do governo mais visíveis para a sociedade e permite que os cidadãos acompanhem como os recursos são utilizados, o que fortalece a confiança na administração pública e o combate à corrupção. A governança incentiva a inclusão da sociedade nos processos decisórios, por meio de consultas públicas, audiências e canais de comunicação direta. Assim, os cidadãos podem opinar sobre projetos, prioridades e políticas públicas, a fim de que as ações do governo estejam mais alinhadas às necessidades da população.~~

A governança promove a eficiência ao estabelecer processos padronizados, responsabilidades claras e metas definidas, o que minimiza retrabalhos, reduz desperdícios e otimiza a utilização dos recursos. Além disso, a eficiência é aprimorada por meio da capacitação contínua de servidores e gestores, do planejamento estratégico, gerencial e operacional, e do apoio da alta cúpula governamental. A criação de manuais e guias de compras públicas, a formação de grupos de trabalho, a descentralização do poder e a delegação de autoridade, a gestão por competências e a gestão de riscos também são práticas que contribuem para a racionalização e o aprimoramento dos processos. A adoção de metodologias ágeis e a gestão da inovação são igualmente importantes.

A transparência é fortalecida pela divulgação de informações, pela prestação de contas regular e por auditorias independentes, o que torna as ações governamentais mais visíveis e permite que os cidadãos acompanhem o uso dos recursos, o que combate a corrupção e fortalece a confiança na administração pública. O Portal da Transparência, a publicação periódica de instrumentos legais, como o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) — previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — são exemplos de mecanismos que asseguram a prestação de contas e a publicidade. A LRF, ao exigir transparência, amplia a participação social e contribui para uma gestão pública mais ética e eficiente. A transparência ativa, que é a divulgação espontânea de informações públicas, é essencial para a efetiva prestação de contas.

A governança incentiva a participação social por meio de consultas públicas, audiências e canais de comunicação direta e permite que os cidadãos opinem sobre projetos e políticas públicas, alinhando as ações do governo às necessidades da população. O orçamento participativo é um instrumento democrático que permite à população definir prioridades e destinação de recursos. Os conselhos de gestão, compostos por representantes do poder público e da sociedade civil, fiscalizam e monitoram a execução das políticas. A valorização do voto e o estímulo a ações populares e associações também promovem a participação social.

Nesse processo de transformação, entretanto, pode haver resistência à mudança por parte de servidores ou gestores acostumados a métodos tradicionais, além de dificuldades na implementação de novas tecnologias ou na adaptação de estruturas organizacionais. É importante lidar com questões relacionadas à cultura institucional — que, às vezes, valoriza mais a burocracia que a eficiência — e garantir que haja capacitação adequada para todos os envolvidos. Entre outros obstáculos, poderá haver: ~~limitação de recursos, resistência política, burocracia excessiva, falta de participação social efetiva e avaliação e monitoramento ineficientes.~~

Resistência à mudança: servidores e gestores acostumados a métodos tradicionais podem resistir a novas abordagens. Essa resistência pode ser cultural, valorizando mais a burocracia do que a eficiência.

- **Dificuldades de implementação de novas tecnologias:** há desafios na adoção de novas tecnologias e na adaptação de estruturas organizacionais. A falta de acesso à *internet* por parte dos cidadãos e a defasagem tecnológica nos órgãos públicos também são obstáculos.
- **Limitação de recursos:** a insuficiência ou a indisponibilidade de recursos financeiros limita a capacidade do Estado de implementar ações necessárias à governança.
- **Burocracia excessiva e entraves normativos:** a rigidez procedimental e o excesso de leis, decretos e normas podem dificultar a agilidade e a inovação na gestão.

- **Falta de capacitação adequada:** a ausência de treinamento e aperfeiçoamento contínuo para todos os envolvidos pode comprometer a eficácia das práticas de governança.
- **Alternância de gestores:** a duração limitada dos mandatos políticos pode comprometer a continuidade de políticas de longo prazo.
- **Dificuldade de medir o desempenho:** a complexidade da administração pública dificulta a avaliação do desempenho, o que exige metodologias sofisticadas e integração de dados qualitativos e quantitativos.
- **Excesso de informações (sobrecarga informacional):** o grande volume de informações, decorrente da transformação digital e da ampliação da transparência, dificulta sua interpretação e seu uso estratégico.
- **Patrimonialismo e corrupção:** a confusão entre o público e o privado, a apropriação de recursos estatais por interesses pessoais, o nepotismo, o clientelismo e a corrupção são desafios históricos que comprometem a impessoalidade e a moralidade administrativa.
- **Desconfiança dos cidadãos:** a baixa credibilidade dos gestores públicos reduz o engajamento social e a participação cidadã, o que mina a efetividade das políticas.
- **Problemas de governabilidade:** fatores externos, como crises políticas, falta de apoio legislativo, instabilidade institucional e influências de grupos de interesse podem comprometer a implementação das políticas públicas e dos sistemas de governança.
- **Fragmentação e tamanho da estrutura do Estado:** o gigantismo e a complexidade da máquina pública dificultam a coordenação e a padronização de processos.
- **Apatia social:** o desinteresse da sociedade civil em questões políticas e administrativas, bem como a falta de compreensão de seus direitos e deveres, podem limitar a efetividade da participação social.
- **Lideranças autoritárias:** a manutenção de lideranças avessas à inovação e a modelos participativos dificulta a transformação.
- **Conflito de agência:** a divergência de interesses entre os “principais” (sociedade) e os “agentes” (gestores públicos) pode comprometer a transparência, o controle e a eficiência.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1 Implementação de práticas de governança pública organizacional para promoção da eficiência, da transparência e da participação social na gestão dos recursos públicos

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Citou práticas de governança pública organizacional, mas não relacionou nenhuma delas a eficiência, transparência e participação social; ou discorreu acerca da eficiência, da transparência e(ou) da participação social na gestão dos recursos públicos, mas não mencionou nenhuma prática de governança pública organizacional correspondente.

Conceito 2 – Discorreu, corretamente, acerca de práticas de governança pública organizacional, relacionando-as expressamente a apenas um dos seguintes aspectos: eficiência, transparência ou participação social.

Conceito 3 – Discorreu, corretamente, acerca de práticas de governança pública organizacional, relacionando-as expressamente a apenas dois dos aspectos citados.

Conceito 4 – Discorreu, corretamente, acerca de práticas de governança pública organizacional, relacionando-as expressamente aos três aspectos citados.

QUESITO 2.2 Desafios no processo de transformação

Conceito 0 – Não citou nenhum desafio relacionado ao contexto de transformação pela implementação de práticas de governança pública organizacional.

Conceito 1 – Citou corretamente apenas um desafio.

Conceito 2 – Citou corretamente apenas dois desafios.

Conceito 3 – Citou corretamente três desafios.